

Revista Brasileira de Ciências Sociais Aplicadas

ISSN 3085-8151

vol. 2, n. 4, 2026

... ARTIGO 3

Data de Aceite: 28/04/2026

A ECONOMIA POLÍTICA NO BRASIL DO SÉCULO XIX: PERSPECTIVAS SOBRE LIBERDADE E DESAFIOS ESTRUTURAIS NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

DALLA COSTA, Ricardo



Todo o conteúdo desta revista está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).



Resumo: O presente estudo analisa o pensamento econômico no Brasil do século XIX sob uma perspectiva documental, fundamentada no exame de periódicos editados entre 1812 e 1900. Afastando-se de abordagens exclusivamente quantitativas, o trabalho investiga a economia como uma ciência qualitativa e ética, situada como elemento estruturante da nação. Por meio da análise de fontes primárias, o artigo mapeia a tensão entre a razão econômica — defensora da liberdade individual e da técnica — e os impasses decorrentes de modelos intervencionistas da época. Dialogando com autores como Ludwig von Mises, Joseph Salerno e Amartya Sen, a investigação demonstra como o debate oitocentista antecipou dilemas sobre a viabilidade do progresso dissociado da liberdade. Conclui-se que o resgate histórico dessas fontes é indispensável para a historiografia econômica, apresentando a economia não como um teorema geométrico abstrato, mas como o exercício da inteligência aplicada à prosperidade nacional.

Palavras-chave: Economia Política; História Econômica; Brasil Império; Liberdade Individual; Fontes Primárias.

Introdução

A análise da economia política no Brasil do século XIX frequentemente se apoia em interpretações secundárias, que, embora relevantes, tendem a obscurecer a riqueza dos registros originais. Nesse contexto, os periódicos da época — jornais, gazetas e revistas — constituem fontes privilegiadas para a compreensão das ideias econômicas em circulação.

A presente pesquisa adota uma abordagem documental, centrada na recuperação, seleção e organização de textos publicados ao longo do século XIX. Diferentemente de abordagens interpretativas, busca-se evidenciar o conteúdo econômico a partir das próprias fontes.

Tal perspectiva aproxima-se da tradição da história econômica, na qual o documento não é apenas ilustração, mas elemento central de análise.

2. A Natureza da Economia: Entre a Razão Histórica e o Rigor Geométrico

Um dos pilares fundamentais para compreender a economia política no século XIX brasileiro é o reconhecimento de sua natureza essencialmente humanística e social. Conforme explorado no segundo capítulo de *EcoPol XIX*, existe uma distinção crucial: os princípios da economia não são teoremas de geometria (DALLA COSTA, 2025). Enquanto as ciências exatas operam em ambientes de abstração e isolamento, a economia política oitocentista nasceu imersa no contexto histórico e na ação humana.

Essa distinção é vital para desconstruir a visão contemporânea puramente quantitativa. No século XIX, a economia era compreendida como o tronco da árvore científica porque não se limitava a números, mas sim à investigação das causas da prosperidade e da justiça. Ao afirmar que a economia não possui o rigor gélido da geometria, os pensadores da época — e a análise documental aqui proposta — reforçam que as decisões econômicas são, antes de tudo, decisões éticas.

A ciência da riqueza, portanto, não pode ser dissociada da liberdade e da moral. Tratar a economia como um sistema mecânico e puramente matemático é um erro que ignora a inteligência humana como variável imprevisível e criadora. Assim, este artigo adota a perspectiva de que a história econômica brasileira deve ser lida não apenas como uma sucessão de dados, mas como um embate de ideias sobre o direito de propriedade, a eficácia do trabalho livre e o limite da intervenção estatal (DALLA COSTA, 2025).

3. Referencial Teórico

A análise dos documentos pode ser interpretada à luz da tradição da economia clássica, especialmente no que se refere à compreensão dos mecanismos de mercado, formação de preços e circulação de bens.

Conforme argumentado por Adam Smith, a dinâmica econômica está associada à interação entre interesses individuais e mecanismos de coordenação social, ainda que sujeita a imperfeições e circunstâncias específicas. De modo semelhante, Jean-Baptiste Say enfatiza a importância da produção e da circulação como elementos fundamentais para a geração de riqueza.

No contexto brasileiro, tais ideias encontram eco nas reflexões de José da Silva Lisboa, que defendia a abertura comercial e a racionalidade econômica como fundamentos para o desenvolvimento nacional. Também José Bonifácio de Andrada e Silva, embora com preocupações mais amplas de ordem política e social, contribuiu para o debate econômico ao considerar os efeitos institucionais sobre a organização produtiva.

À luz desse referencial, passa-se à análise dos documentos históricos e a compreensão da economia política no Brasil do

século XIX que exige a análise do contexto histórico no qual os debates econômicos se desenvolveram. O período imperial brasileiro foi marcado por profundas transformações econômicas, sociais e institucionais, incluindo a consolidação de uma economia agroexportadora, a expansão das atividades comerciais e a gradual inserção do país no comércio internacional.

Nesse cenário, os periódicos desempenharam papel fundamental como veículos de circulação de ideias. Jornais e revistas não apenas informavam, mas também interpretavam a realidade econômica, servindo como espaço de debate intelectual.

Publicações como gazetas e revistas especializadas reuniam conteúdos que transitavam entre política, economia e sociedade, permitindo a difusão de conceitos econômicos junto a um público ainda restrito, mas influente. Dessa forma, a imprensa do século XIX pode ser compreendida como um dos principais meios de formação do pensamento econômico no Brasil.

4. Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza documental, fundamentada na análise de fontes primárias oriundas de periódicos brasileiros do século XIX.

4.1 Critérios de seleção

Foram considerados:

- textos com conteúdo explícito de economia política;
- relevância temática (comércio, crédito, trabalho, escravidão);
- integridade textual.

4.2 Procedimentos analíticos

O processo envolveu:

- levantamento em acervo digital;
- leitura sistemática;
- recorte temático;
- organização cronológica.

A preservação da ortografia original foi mantida como estratégia metodológica, permitindo maior fidelidade histórica.

4.3 Fundamentação metodológica

A utilização de periódicos como fonte primária permite captar o pensamento econômico em sua forma mais imediata, sem mediações interpretativas posteriores, característica essencial para estudos de história do pensamento econômico.

A opção por esta metodologia documental encontra ressonância na perspectiva de Ludwig von Mises, para quem a história é o estudo da ação humana consciente em resposta ao seu meio. Ao resgatar os registros de 1812 a 1900, este trabalho não realiza apenas um inventário passivo, mas busca compreender os julgamentos de valor e os fins buscados pelos agentes daquela época. Como sugere o frontispício do *Novum Organum* de Francis Bacon, o conhecimento científico é uma travessia: *Multi pertransibunt et augebitur scientia*. Assim, a imersão nos periódicos oitocentistas funciona como essa navegação necessária para ultrapassar as interpretações secundárias e alcançar a gênese das ideias que moldaram a economia nacional. Esta abordagem evita o anacronismo de projetar o presente no passado, permitindo que a lição da história ilumine, por meio da previsão praxeológica, os fenômenos que ainda estão por vir.

4.4 Dinâmica de preços e intervenção econômica

Outro trecho relevante evidencia a preocupação com a formação de preços: “estes cálculos de interesse pessoal [...] devem ser proibidos quando [...] dão ao grão um preço fictício [...] além de toda proporção com o preço [...] segundo o seu valor real [...]”, conforme as diretrizes imperiais da época (BRASIL, 1812 *apud* DALLA COSTA, 2025).

A passagem revela uma compreensão clara de:

- preço de mercado;
- valor econômico;
- distorções provocadas por comportamento especulativo.

Tal análise demonstra que os agentes da época já identificavam problemas associados à manipulação de preços, antecipando debates posteriores da teoria econômica.

O estudo do decreto permite identificar elementos centrais da dinâmica econômica do período, especialmente no que se refere à formação de preços e à intervenção estatal em situações de escassez. Observa-se que a tentativa de restringir práticas especulativas revela uma preocupação com a estabilidade dos mercados, ainda que tais medidas possam gerar efeitos adversos, como redução da oferta.

Do ponto de vista da economia política, tais intervenções indicam uma tensão entre o funcionamento espontâneo dos mercados e a ação reguladora do Estado, questão amplamente debatida na tradição clássica.

4.5 Institucionalização do Saber Técnico

A consolidação da economia política no Brasil não se limitou às trocas mercantis, mas estendeu-se à necessidade de uma base técnica para a produção nacional. José Bonifácio de Andrada e Silva, em sua memória sobre a Necessidade de uma Academia de Agricultura no Brasil (1821), argumenta que a prosperidade do Império dependia da superação do empirismo rudimentar (ANDRADA E SILVA, 1821, p. 25-49 *apud* DALLA COSTA, 2025).

Segundo Bonifácio, a agricultura sem o amparo das ciências, especialmente da química, resultaria em operações casuais e, por vezes, absurdas. Para ele, a criação de uma academia não era apenas um projeto educacional, mas um imperativo econômico: a adaptação das técnicas ao clima e ao solo brasileiros era a única forma de garantir a eficiência produtiva, transformando o Brasil de uma colônia de exploração em uma nação cientificamente gerida.

4.6 Escassez e limites da política econômica

A crítica à intervenção estatal aparece de forma explícita: “A fome continua da mesma maneira, e não há sistema econômico que a possa remediar”, de acordo com a publicação da época (BRASIL, 1812 *apud* DALLA COSTA, 2025).

Essa afirmação é particularmente relevante, pois indica:

- reconhecimento de limites da política econômica;
- percepção de fatores estruturais;
- crítica a soluções simplistas.

4.7 A Natureza Qualitativa da Ciência da Riqueza

Um ponto central que emerge da análise documental é a percepção de que a economia política no século XIX não era compreendida como um sistema frio de fórmulas, mas como uma ciência imersa na ética e no contexto histórico. Diferente das ciências exatas, os princípios da economia não são teoremas de geometria. Enquanto o rigor geométrico opera em abstrações, a economia oitocentista brasileira lidava com a realidade pulsante da produção, da terra e da liberdade humana.

Esta distinção é fundamental para compreender por que os debates nos periódicos focavam tanto na razão e na moral. A tentativa de regular preços ou conter a especulação, vista nos decretos de 1812, revela que a economia era o tronco da árvore científica da nação, onde a técnica produtiva não podia ser separada da justiça social. Ao reconhecer que a inteligência humana é o princípio transcendente dos melhoramentos, a obra de Silva Lisboa ratifica que a verdadeira riqueza não reside em cálculos aritméticos, mas na capacidade criativa do cidadão sob a égide da liberdade.

A resistência intelectual proposta nos periódicos oitocentistas baseava-se no reconhecimento da escassez e da impossibilidade de gerar riqueza por mero arbítrio governamental. Conforme analisa Joseph Salerno (2025), a economia e o Estado são, por natureza, antagonistas quando este último sucumbe ao princípio do Papai Noel — a crença de que o governo possui recursos míticos independentes da produção dos cidadãos. Ao alertar sobre a importuna Cassandra, Figueiró não combatia apenas uma política específica, mas o desvio da economia de sua função original: a de ser a ciência

que protege a sociedade contra a ilusão de que o Estado é um provedor ilimitado. O abandono desta verdade, em favor de um cientificismo que transforma a economia em uma geometria do poder, é o que precipita a miséria e a desordem descritas no ocaso do Império.

A obsessão contemporânea pelo rigor quantitativo, muitas vezes manifestada na cliometria, incorre no erro metodológico de tentar conduzir o futuro econômico olhando exclusivamente para o retrovisor das estatísticas passadas. Conforme a crítica de Eric Hobsbawn (1998) sobre a relação entre historiadores e economistas, a aplicação de modelos matemáticos retroativos — a cliometria — muitas vezes ignora as descontinuidades históricas e as singularidades da ação humana que não podem ser capturadas por equações. Como evidenciado nesta análise documental do século XIX, a economia política clássica — antes de ser capturada pela matematização excessiva — compreendia que os fenômenos sociais derivam de escolhas humanas subjetivas que não se repetem como experimentos de laboratório. O abandono do contexto histórico e ético em favor de fórmulas e equações econométricas criou uma geração de técnicos que, ao ignorarem a Cassandra da razão econômica, tornaram-se incapazes de perceber os sinais de desordem que precedem as grandes catástrofes sociais. Assim, o resgate de vozes como as de Silva Lisboa e José Penido não é um exercício de nostalgia, mas uma necessidade de recuperar a visão panorâmica necessária para o desenvolvimento como liberdade, superando a miopia dos modelos que ignoram a inteligência humana como variável fundamental.

5. O Influxo da Inteligência na Riqueza das Nações

Outro pilar central do pensamento econômico oitocentista reside na valorização do intelecto sobre a força bruta. José da Silva Lisboa, no seu Ensaio Econômico (1821), estabelece a inteligência humana como o princípio transcendente de todos os melhoramentos sociais. Lisboa diferencia a Economia Política — vista como a ciência das causas da riqueza — da mera aritmética política ou estatística.

Para os pensadores da época, a ausência de estudo sistemático desta ciência da riqueza condenava os homens públicos ao erro. Segundo Silva Lisboa (1821 *apud* DALLA COSTA, 2025), o texto de Lisboa ressalta que o comércio franco e a lei natural da sociedade deveriam prevalecer sobre intervenções estatais arbitrárias. Ao defender que a inteligência é a ideia mãe da economia, o DALLA COSTA antecipa debates sobre o que hoje classificaríamos como capital humano, sugerindo que a verdadeira riqueza de uma nação não reside apenas em seus recursos naturais, mas na capacidade técnica e racional de seus cidadãos em transformá-los sob a égide da liberdade econômica.

A disseminação do pensamento econômico nos periódicos oitocentistas possuía uma função pedagógica clara: a erradicação de preconceitos enraizados na administração pública. Como explorado no Capítulo 11 de *EcoPol XIX*, os autores da época empenhavam-se em demonstrar que a riqueza não emanava de decretos restritivos, mas da fluidez das trocas. A refutação desses erros focava especialmente na crítica ao protecionismo arcaico e à excessiva carga tributária que asfixiava a produção nacional. Ao tratar a economia como uma ciência regida por leis

naturais — e não por caprichos de governantes — os textos resgatados evidenciam um esforço de modernização do Estado brasileiro, que buscava alinhar-se aos preceitos de liberdade econômica vigentes nas nações mais prósperas (DALLA COSTA, 2025).

6. Resultados e Análise

6.1 Intervenção estatal e mercado

Os textos analisados evidenciam a preocupação com o funcionamento dos mercados em contextos de escassez. Um exemplo expressivo encontra-se no seguinte excerto: “É proibido a todos os nossos súditos [...] fazer compra [...] para guardar em armazéns [...] com fim de especulação [...] Todo lavrador [...] será obrigado a declará-lo [...] e submetê-lo ao mercado [...]” (BRASIL, 1812 *apud* DALLA COSTA, 2025).

A passagem revela uma tentativa clara de:

- controle da oferta
- contenção de práticas especulativas
- garantia de abastecimento

Contudo, o próprio documento apresenta crítica às medidas: “Essas medidas coercitivas [...] têm produzido maior escassez, em vez de favorecer a abundância” (IDEM, 2025).

Esse contraste demonstra a presença de reflexão econômica sofisticada, reconhecendo limites da intervenção estatal.

6.2 Livre comércio e circulação

Outro aspecto recorrente refere-se à defesa da circulação de bens: “A circulação [...] se faz menos rápida quando o consumidor [...] faz compras superabundantes [...] e o mercador demora a vender [...]” (IBI-DEM, 2025).

Tal observação antecipa discussões clássicas sobre:

- fluxo de mercado;
- comportamento dos agentes;
- distorções na formação de preços.

6.3 Estrutura produtiva e trabalho

Os textos também indicam preocupações com a estrutura produtiva: “Parece-nos que o melhor sistema era haver menos soldados e mais lavradores”, como registrado naquele período (BRASIL, 1812 *apud* DALLA COSTA, 2025).

- A afirmação sugere:
 - valorização da produção;
 - crítica indireta à estrutura estatal;
 - defesa de alocação eficiente de recursos.

A compreensão da economia política oitocentista exige, necessariamente, a análise da distribuição de terras. No Discurso econômico político sobre as sesmarias no Brasil (1821), identifica-se a preocupação com a racionalização da propriedade. O regime de sesmarias, embora tenha sido a base da ocupação territorial, apresentava entraves ao desenvolvimento econômico pleno por permitir vastas extensões de terras improdutivas. A transição para um modelo de propriedade que favorecesse a produção e o aproveitamento técnico do solo era vista como essencial para que o Brasil pudes-

se competir no cenário internacional. Essa discussão fundiária não era apenas jurídica, mas o alicerce sobre o qual se discutia a geração de riqueza nacional (DISCURSO..., 1823 *apud* DALLA COSTA, 2025).

A discussão sobre a produtividade nacional atinge seu ápice ético na análise do elemento servil. A transição para o trabalho livre era defendida não apenas como imperativo humanitário, mas como uma necessidade da própria razão econômica. Conforme registrado no *Jornal dos Economistas* por José Penido, a liberdade é o bem mais estimável, e sua ausência corrompe toda a sociedade: “em o país onde há escravos ninguém é livre: são uns escravos do abuso, outros o são do erro”.

Esta perspectiva demonstra que a escravidão era vista por pensadores avançados como um entrave à circulação da inteligência humana. O erro mencionado por Penido refere-se à cegueira intelectual de acreditar que o desenvolvimento poderia advir da coerção e do abuso. Assim, a evolução do pensamento econômico brasileiro no século XIX é, em última análise, a história da superação desse erro em busca de um modelo onde a virtude e a sapiência — como o Ulisses de Dante evocado por Mises — guiassem o progresso nacional.

7. Discussão

Os resultados indicam que o pensamento econômico no Brasil do século XIX não apenas existia, mas apresentava grau significativo de elaboração.

As ideias identificadas dialogam com princípios da economia clássica, especialmente aqueles associados a:

- Adam Smith;

- Jean-Baptiste Say.

No contexto nacional, tais elementos encontram correspondência em:

- José da Silva Lisboa;
- José Bonifácio de Andrada e Silva.

A análise evidencia que os periódicos funcionavam como espaço de circulação de ideias econômicas, contribuindo para a formação intelectual do período.

8. Implicações para a história do pensamento econômico

A análise dos documentos permite inferir que o pensamento econômico no Brasil do século XIX não era incipiente ou desorganizado, mas apresentava elementos estruturados e coerentes.

Nesse sentido, observa-se aproximação com princípios da economia clássica, associados a autores como Adam Smith e Jean-Baptiste Say, especialmente no que se refere à valorização do comércio, da produção e da liberdade econômica.

No contexto brasileiro, tais ideias dialogam com interpretações desenvolvidas por José da Silva Lisboa e José Bonifácio de Andrada e Silva, ainda que de forma não sistematizada.

A principal contribuição deste estudo reside na demonstração de que os periódicos funcionavam como espaço efetivo de formulação e difusão de ideias econômicas.

9. Formação econômica e interpretação histórica

A interpretação dos documentos analisados também pode ser articulada com a formação econômica do Brasil, especialmente no que se refere à estrutura produtiva e à dinâmica do setor agroexportador.

A economia brasileira do século XIX esteve fortemente baseada na produção agrícola voltada ao mercado externo, com destaque para produtos como café, açúcar e algodão. Esse modelo condicionou tanto a organização do trabalho quanto as relações comerciais, influenciando diretamente os debates sobre livre comércio, proteção econômica e intervenção estatal.

Nesse contexto, os registros presentes nos periódicos revelam não apenas discussões teóricas, mas também respostas concretas a problemas econômicos vivenciados à época, como escassez, crédito e circulação de mercadorias.

O amadurecimento do pensamento econômico no Brasil também se deu através do combate ao que os intelectuais da época chamavam de erros de economia política. No Capítulo 11 de *EcoPol XIX*, observa-se o esforço de autores em refutar dogmas protecionistas e intervenções estatais ineficientes. Argumentava-se que a economia não deveria ser regida por decretos arbitrários, mas por leis naturais de mercado que, se compreendidas e respeitadas, levariam à prosperidade natural. Essa educação econômica da elite política era considerada tão vital quanto a própria instrução técnica, pois um governo que ignora os princípios da ciência da riqueza condena a nação ao atraso.

Um dos debates mais complexos da economia política brasileira no século XIX refere-se ao fator mão de obra e à transição do trabalho escravo para o livre. A visão eco-

nômica da época começa a internalizar que a produtividade está intrinsecamente ligada à liberdade do agente econômico. Como bem sintetizou José Penido em 1882: “De todos os bens do homem é o mais estimável a liberdade. E em o país onde há escravos ninguém é livre: são uns escravos do abuso, outros o são do erro” (PENIDO, 1882 *apud* DALLA COSTA, 2025).

Esta perspectiva revela que a escravidão era compreendida por pensadores avançados não apenas como uma mácula moral, mas como um erro econômico que aprisionava tanto o escravizado quanto o senhor em um sistema de baixa eficiência e atraso intelectual. A substituição do elemento servil pelo trabalho livre e pela valorização da inteligência humana (já discutida anteriormente com base em Silva Lisboa) representava o caminho para a modernização. O trabalho deixava de ser visto como mera força bruta para ser entendido como o exercício da inteligência aplicada à produção sob a égide da liberdade individual.

A transição do trabalho servil para o livre não era apenas uma pauta humanitária, mas uma necessidade econômica premente discutida nas páginas do *Jornal dos Economistas*. A máxima de José Penido — de que “em o país onde há escravos ninguém é livre” (1882 *apud* DALLA COSTA, 2025) — lança luz sobre o fato de que a escravidão corrompia o próprio sistema de preços e a alocação de talentos. Ao manter escravos do abuso e escravos do erro, o Brasil impedia que a inteligência humana (fator de riqueza defendido por Silva Lisboa) circulasse livremente. Essa cegueira intelectual, que via na força bruta a única fonte de produtividade, era apontada por pensadores liberais como o principal entrave para que a agricultura brasileira atingisse o patamar de excelência

científica proposto anteriormente por José Bonifácio.

A transição do elemento servil para o trabalho livre, discutida por José Penido, encontra sua fundamentação moderna na obra de Amartya Sen, que define o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais. Ao compreender que a escravidão era o erro que aprisionava a capacidade produtiva, a economia política oitocentista já antecipava que a privação de liberdade é, em última análise, a causa primária da miséria. Essa conexão ética e funcional é o que separa a prosperidade da catástrofe prevista por Silva Figueiró em 1900. O alerta de que a negligência para com a Cassandra da Economia Política levaria à queda de Tróia e à partilha de despojos ressoa como uma advertência sobre as consequências de sufocar a inteligência e a liberdade individual. Para o Brasil contemporâneo, a lição é clara: o desenvolvimento não é um cálculo geométrico de despojos, mas o resultado da remoção das *unfreedoms* que impedem o indivíduo de ser o agente de sua própria história.

Considerações finais

A pesquisa demonstrou que os periódicos do século XIX constituem fontes fundamentais para o estudo da economia política no Brasil.

A abordagem documental permitiu:

- recuperar conteúdos originais;
- identificar padrões de pensamento econômico;
- evidenciar a complexidade do debate econômico.

O estudo contribui para o campo da história econômica ao evidenciar o potencial das fontes jornalísticas como registros do pensamento econômico aplicado, ampliando as possibilidades de investigação documental.

Em suma, a análise documental realizada a partir de *EcoPol XIX* revela que o século XIX brasileiro não foi um deserto de ideias econômicas, mas um período de intensa efervescência intelectual. A recuperação desses registros demonstra que temas como a profissionalização da agricultura, a reforma fundiária, o combate aos erros fiscais e a abolição da escravidão eram tratados sob o prisma da ciência econômica.

O estudo conclui que a Economia Política funcionou como o tronco da árvore científica da nação, unindo a ética da liberdade à técnica produtiva. Evidencia-se, portanto, que o resgate de fontes primárias em periódicos é indispensável para compreender que os dilemas da prosperidade brasileira atual possuem raízes profundas nas discussões oitocentistas sobre o papel da inteligência, da propriedade e da liberdade individual (DALLA COSTA, 2025).

Referências

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Necessidade de uma academia de Agricultura no Brasil (1821). In: DALLA COSTA, Ricardo. *EcoPol XIX*. Orlando, FL: Independently Published, 2025. p. 25-49. (Original publicado em: *Revista Popular*, Rio de Janeiro, out./dez. 1862).

DALLA COSTA. *EcoPol XIX*. Orlando, FL: Independently Published, 2025.

_____. *Econometria Elementar*. 1ª ed., ampl. e revis. Cornélio Procópio, 2009.

BACON, Francis. **Novum Organum sive Indicia Vera de Interpretatione Naturae**. Londini: *apud* Joannem Billium, 1620.

BRASIL. [Decreto (1812)]. Decreto do imperador sobre o comércio de grãos. **In:** DALLA COSTA, Ricardo. **EcoPol XIX**. Orlando, FL: Independently Published, 2025. p. 12-14. (Original publicado em: *Idade D'Ouro do Brasil*, Salvador, n. 72, p. 1-2, 08 set. 1812).

DISCURSO econômico político sobre as sesmarias no Brasil (1823). **In:** DALLA COSTA, Ricardo. **EcoPol XIX**. Orlando, FL: Independently Published, 2025. (Original publicado em: *O Conciliador do Maranhão*, São Luís, n. 175, 176, 177 e 180, 15 mar. a 02 abr. 1823).

FIGUEIRÓ, Silva. Nossa Missão. **In:** DALLA COSTA, Ricardo. **EcoPol XIX**. Orlando, FL: Independently Published, 2025. (Original publicado em: *O Economista*, Rio de Janeiro, 20 maio 1900).

HOBBSAWN, Eric. Historiadores e economistas. **In:** _____. **Sobre História**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 106-137.

LISBOA, José da Silva. Economia Política: ensaio econômico sobre o influxo da inteligência humana na riqueza e prosperidade das Nações (1821). **In:** DALLA COSTA, Ricardo. **EcoPol XIX**. Orlando, FL: Independently Published, 2025. p. 50-68. (Original publicado em: *O Guanabara*, Rio de Janeiro, v. 1, 1850).

MISES, Ludwig von. **Teoria e História: Uma Interpretação da Evolução Social e Econômica**. Tradução de Rafael de Sales Azevedo. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014.

PENIDO, José. Elemento servil (1882). **In:** DALLA COSTA, Ricardo. **EcoPol XIX**. Orlando, FL: Independently Published, 2025. (Original publicado em: *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, ano I, n. 6, p. 4-6, 06 maio 1882).

SALERNO, Joseph. **Como os economistas passaram de inimigos a amigos do Estado**. Tradução de Instituto Ludwig von Mises Brasil. Publicado em 01 jan. 2025. Disponível em: <https://mises.org.br>. Acesso em: 05 jan. 2025.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VANDELLI, Domingos. Memória sobre a agricultura deste reino e das suas conquistas (1788). **In:** DALLA COSTA, Ricardo. **EcoPol XIX**. Orlando, FL: Independently Published, 2025. (Original publicado em: *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo I, 1789).

